

Tempo de mudança



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A sucessão presidencial é o momento de crise no regime democrático. Pode durar alguns dias ou demorar meses, mas crise acontece. O presidente Lula anunciou no início deste ano que o período eleitoral estava começando. Com essa decisão, chamou a crise para si e a alojou no Palácio do Planalto. Os condimentos estão todos lá: uma reforma ministerial que não anda, deputado que recusa o cargo de ministro e, para temperar, uma brutal crise de corrupção no INSS, instituição que comanda o destino de milhões de pessoas necessitadas de apoio por idade ou necessidade médica. O desastre está na porta. E o presidente já superou eventuais dúvidas: ele é candidatisimo à Presidência da República.

A sucessão presidencial, no caso atual, indica também uma sucessão geracional. Ninguém mais fala da Nova República, que se instalou depois da Assembleia Constituinte. As principais realizações foram positivas. Acabou a hiperinflação, ocorreu razoável abertura de sua economia, privatizou o que foi possível, criou agências governamentais e ainda conseguiu chegar a uma lei de responsabilidade fiscal. Foram providências importantes, mas que já se perderam na memória popular. As pessoas olham para frente. A juventude tem os próprios projetos. O Partido dos Trabalhadores está vivendo o

processo de substituição de seu comando. As correntes que disputam o poder estão se devorando entre si, mas há a noção de que o PT também perdeu o bonde da história. Já não tem influência na Igreja Católica, depois que os principais líderes religiosos de tendência esquerdista foram afastados. O impressionante crescimento das religiões neopentecostais ocorre longe do trabalho, dentro de regras próprias. Os novos empregos não precisam de sindicatos, nem de organizações formais. Ao contrário, buscam autonomia e pretendem ter independência para criar empresas quando e como quiserem. Podem trabalhar em qualquer lugar, sem patrão. A internet permite esse luxo. É comum encontrar quem trabalhe em casa ou até na beira da praia.

Os assuntos vão se misturando. O sistema político brasileiro é uma fábrica de crises, independentemente da sucessão presidencial. O presidente Lula foi eleito por estreita margem de votos por uma coligação do centro para a esquerda. Esse desenho político não corresponde ao jogo de forças no Congresso, onde o governo é minoritário. A solução foi entregar mais verbas aos deputados e senadores para que o governo possa governar. Isto é, dentro do pequeno espaço que o sistema oferece. A crise política é constante na política brasileira, que não é mais agravada porque os parlamentares estão mais preocupados em garantir suas verbas que discutir os rumos do país. Ou seja, o país cresce enquanto os políticos estão ocupados com outros afazeres.

Acontece então que o governo federal não quer ou não consegue ter metas. Há um plano de ação que simplesmente relaciona obras que já estavam planejadas. Não há ação política no sentido de agregar novas áreas da economia

nacional. A visita do presidente do Chile, Gabriel Boric, nesta semana, abriu uma discreta possibilidade porque o governo Trump está criando problemas no Panamá com objetivo de dominar o canal. Sem ele, o trânsito de navios volta a ser realizado pelo sul do continente, através do estreito de Magalhães ou da passagem de Drake. A alternativa é construir uma ligação eficiente entre os portos do Atlântico, brasileiros, e os do Pacífico, chilenos. Estrada de ferro ou de rodagem. Já existe a ligação rodoviária pelo Acre, via Assis Brasil, mas é muito distante dos principais centros produtores.

E o governo não sabe o que fazer com a Amazônia. Seria um belo projeto reunir as melhores cabeças do Brasil na questão ambiental e enfrentar o problema da selva Amazônia, que deve ser preservada, mas não pode permanecer intocada para que os gringos venham fotografar macaco e jacaré. E o mundo do crime faça dos grandes rios as avenidas para escoar droga. Os chineses, sempre atentos, inauguraram uma linha de transporte marítimo ligando o porto de Santana, no Amapá, aos principais portos de seu país.

Na falta de ideias modernas, o governo se contenta em ser uma administração mediana, sem grandes projetos, capaz apenas de anunciar ações populistas para garantir votos na próxima eleição. Os jovens vão mudar esse cenário. Outras ideias vão prevalecer. Ninguém poderia imaginar que a União Soviética, aquele colosso, fosse desabar de um dia para outro. Aconteceu. Nem que os Estados Unidos admitiriam ser ultrapassados pelos chineses, comunistas. O novo cenário está diante de todos nós com clareza capaz de ferir até olhos menos sensíveis. O Brasil também vai mudar.



O racismo ainda está aqui



» EMÍLIO CHAGAS
Editor da revista *Tição*

Quando criamos a *Tição*, em 1978, tínhamos alguns eixos centrais que nos motivaram e nortearam os rumos da revista: o movimento Black Power, dos EUA, no fim dos anos 60; as revoluções emancipatórias dos países-colônias da África, Angola, Guiné e Moçambique, em especial; o apartheid; o pensamento “uspiano”, da Universidade de São Paulo (USP), notadamente o trabalho de abordagens sociológicas do negro pelo professor Florestan Fernandes; a chamada “imprensa nanica” ou alternativa, com suas dezenas de publicações voltadas para os mais diversos públicos, todas de combate à ditadura militar; e, por fim, a situação do negro brasileiro naqueles anos. Enfrentávamos sistemática perseguição policial, discriminação generalizada, barreiras no mercado de trabalho e no acesso ao ensino superior, principalmente, e ausência quase que maciça de autoestima do povo negro. Ou seja, letramento racial nenhum.

Eram tempos em que o negro “conhecia o seu lugar”, com papéis limitados ao carnaval, ao samba, ao futebol e atuações secundárias em novelas, estigmatizado em versões servicais, marginais ou, no mínimo, suspeitas. Sim, havia exceções, com alguns destaques em algumas áreas — artes plásticas, cinema, teatro, por exemplo. Havia, aliás, uma espécie de

conformismo ou até mesmo falta de visão crítica e de posicionamento político-racial nessa área. Grande parcela da população negra estava apática, apostava no branqueamento e até mesmo negava a existência do racismo.

Trazíamos tais questões, e muitas outras, em nossa primeira edição — já que havia um grande acúmulo de temas a serem tratados. O grupo idealizador, formado por mim, Emílio Chagas, Jorge Freitas, Jeanice Dias Ramos e Vera Daisy Barcellos, jornalistas na maioria, contou também com ativistas e militantes que não eram da imprensa. Foram os casos do poeta e pesquisador Oliveira Silveira, do estudante de sociologia Edilson Nabarro e do militante Valter Carneiro, que trouxeram outras visões para o grupo. Era, na verdade, o embrião de um incipiente movimento negro. Para além da denúncia, a revista também incorporou a reflexão, a análise, o resgate histórico e o protagonismo do negro. É nesse contexto que afloram as questões do 20 de Novembro, o apagamento do negro na história gaúcha, o racismo no sistema educacional, a abordagem praticamente pioneira das religiões de matriz africana e da política internacional (África), entre muitas outras que extrapolavam o mero jornalismo.

Toda essa movimentação discursiva transformou as reuniões de pautas em verdadeiros debates, muitas vezes tensos e acalorados — e um aumento significativo de participantes que se somavam à equipe. Ou seja, as reuniões de pauta se tornaram espaço de discussão de visões políticas e posições específicas sobre a realidade do negro. Reuniões estas que se prolongavam horas a fio. Isso mostrava que havia muito espaço e uma grande demanda reprimida

de discussão racial. É preciso lembrar que vivíamos sob ditadura militar e as disputas de versões políticas eram intensas e multifacetadas. O fato era que existia um alinhamento político (como toda a imprensa alternativa) contra o regime, mas internamente muitas vezes os posicionamentos não confluíam na mesma direção. É bom lembrar que a ideia da revista surgiu em 1976/77, levando praticamente quase dois anos para sua concretização (março de 1978), e muito da demora deveu-se à dinâmica exaustiva desse processo.

Eram basicamente duas linhas: uma que via a questão negra dentro de um viés político e outra que defendia a visão racializadora, restrita às questões da especificidade negra, à qual se alinhava, por exemplo, Oliveira Silveira. Ambas, porém, de enfrentamento ao racismo e suas decorrências. Quase 50 anos depois, constatamos que os avanços foram muito poucos. Vemos claramente um avanço na questão do letramento, inexistente na época, do acesso ao ensino com a Lei de Cotas, (fruto da pressão e da luta negra, certamente), da visibilidade e da autoestima. Mas, os principais vetores fundadores da *Tição* permanecem. A saber: racismo, exclusão e violência policial.

Constatamos, em síntese, que o racismo ainda está aqui. Mais do que reeditar a *Tição*, marco histórico na imprensa negra brasileira, num viés comemorativo, notamos que é preciso prosseguir a luta aberta em 1978 porque estruturalmente nada mudou ou se transformou substancialmente. Aqui, na África, nos EUA — avanços e retrocessos, obviamente, em suas especificidades. Resgatar a *Tição* é só mais um passo para o prosseguimento e contribuição com a luta antirracista.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Ou não?

Quem poderia imaginar que, um dia, fôssemos saltar do mundo da imaginação e da ficção científica diretamente para a vida real. Como num mudar de página, estamos do outro lado do espelho. Das histórias que mostravam na literatura e no cinema um mundo distópico, frio e desumanizado pelo avanço de máquinas inteligentes, chegamos, num pulo, ao que está hoje bem diante de nossos olhos.

Somos agora os personagens ou então os milhões de figurantes passivos empurrados para uma realidade e lugar hipotético ou simplesmente para o não lugar. Essa sociedade imaginária, desenhada por mentes ao estilo globalista, é o que é: um conjunto de 8 bilhões de almas submetidas aos projetos de poderosos grupos familiares e empresariais que querem o mundo agora, na palma da mão.

Para chegar ao eldorado prometido, o primeiro passo é tornar a sociedade, uma massa homogênea e catatônica, entregue ou rendida ao Estado. É o nada fora do Estado. Tal empreendimento só vem a funcionar com o aumento substantivo do controle social, a começar pelo aumento da força opressora do próprio Estado. Primeiro, ainda vem o caos, com o incentivo disfarçado para que o crime assombre a sociedade, levando-a a se aprisionar em casa. Nesse mundo em que parece se liquefazer, o certo muda de lado. Afinal, estamos do outro lado do espelho.

As fobias e o medo de tudo levam as pessoas a consumir em quantidades industriais medicamentos para o controle de doenças nervosas, transtornos mentais, pílulas para tudo. Para que tudo possa funcionar de acordo, também as instituições do Estado vão se derretendo. Nesse ponto de nosso enredo real, os poderes da República se transformam em entidades burocráticas inacessíveis. Não há controvérsias entre o cidadão e o Estado. A qualquer hora, você pode ser preso. A comparação entre os cenários distópicos da ficção científica e o mundo atual sugere que vivemos um tempo em que o imaginário tornou-se real.

O espelho mencionado evoca referências, como *Alice no país das Maravilhas* ou *1984*, em que a realidade é distorcida e transformada por forças invisíveis ou incontroláveis — como hoje, com as inteligências artificiais, a vigilância digital e o avanço de tecnologias que escapam do controle comum. A imagem de sermos figurantes passivos reforça uma crítica à perda de protagonismo do indivíduo frente a estruturas globais (políticas, tecnológicas, corporativas). O não lugar citado remete a uma sociedade em que as pessoas não têm identidade clara nem pertencimento — conceito explorado por Marc Augé em sua teoria dos não lugares, espaços anônimos da modernidade, como aeroportos, shoppings ou ambientes digitais.

As mentes, ao estilo globalistas — grandes corporações, famílias e grupos de poder com projetos que moldam o mundo à sua imagem e sem diálogo com a pluralidade humana. A ideia de que o mundo cabe na palma da mão evoca tanto o domínio total das big techs, como a tentativa de padronização cultural, política e econômica. A frase final “é o nada fora do Estado” ecoa filosofias autoritárias, especialmente o pensamento hegeliano distorcido em regimes totalitários, como o fascismo (Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado).

Vemos a estatização da subjetividade humana, ou seja, a submissão total da vida individual ao controle estatal ou tecnocrático.

Aqui vai um alerta existencial e político: qual o papel do ser humano em um mundo cada vez mais guiado por algoritmos e decisões centralizadas? Ainda existe espaço para liberdade, diversidade e ação individual? E se estamos mesmo diante de uma virada civilizacional, qual é a resistência possível?

O cenário de fundo desse não lugar apresenta prédios, muros e o que for possível picados e cheios de mensagens sinistras. As ruas são sujas, cheias de armadilhas, mal iluminadas e inseguras. Milhões de fios aéreos cortam essa paisagem apocalíptica, como uma série de rabiscos. À nossa volta, tudo o que representava o nosso mundo vai desaparecendo em meio à fumaça. O mundo distópico molda também pessoas distópicas, sem humanidade. Aliás, o humanismo foi deixado longe na estrada. Lembrando aqui que estamos falando de ficção. Ou não?

A frase que foi pronunciada:

“Ele acha que tem livre arbítrio, mas, na verdade, está preso em um labirinto, em um sistema.”

Episódio *Bandersnatch*, do seriado *Black Mirror*

História de Brasília

As professoras perderam metade da razão ao deflagrarem greve. A solidariedade das professoras primárias poderia ser dada de outra forma, com braços cruzados durante uma hora, mas nunca com prejuízo total para os alunos. (Publicada em 2/5/1962)